

# DESENVOLVIMENTO CHINÊS E SEGURANÇA ENERGÉTICA

Tatiana Molina<sup>1</sup>

Resumo - Da Revolução Cultural aos dias atuais, a China passou por uma grande transformação política, econômica e mesmo ideológica. A luta de Mao Tse-Tung por uma ordem fundada na ideologia, e contra o revisionismo, passando pela Campanha das Cem Flores<sup>2</sup> (1956) e o Grande Salto Adiante<sup>3</sup> (1958), gerou contradições e confrontações internas. O grande líder sustentou, reformou e manteve a população chinesa, basicamente rural, em uma perseverante ideologia maoísta ao mesmo tempo em que grande parte dessa população passava por privações e beirava a miséria. Com o retorno de Deng Xiaoping à política chinesa como secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC)<sup>4</sup>, o país como o conhecemos hoje foi erguido de um contexto de caos social, político e econômico para uma abertura econômica lenta e cautelosa. Surgia uma nova ideologia baseada nas *Quatro Modernizações*, pronunciada primeiramente por Zhou Enlai (1963), que previa reformas e avanços na agricultura, na indústria, em ciência e tecnologia e nas Forças Armadas (MARTI, 2007). A “nova” China seria então altamente dependente de fontes não renováveis e renováveis de energia, fundamentais para seu contínuo desenvolvimento.

Palavras-chave: China; Desenvolvimento econômico; Segurança Energética

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política, Mestre em Estudos Estratégicos da Segurança e da Defesa, Especialista em Relações Internacionais, Jornalista. Membro do Grupo de Pesquisa Defesa, C&T e Política Internacional (Laboratório *Defesa&Política[s]*) do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> A Campanha das Cem Flores convidou intelectuais chineses ao debate público sobre o regime e sua forma de atuação, mas depois se voltou contra estes. Muitos foram perseguidos e presos.

<sup>3</sup> Delineada para levar o país à industrialização gerou grande fome, a mais disseminada da história moderna, e ruptura no Partido Comunista.

<sup>4</sup> 1978.

## I. INTRODUÇÃO

Com base nas reformas efetuadas por Deng Xiaoping, a China, em 2049, centenário da República Popular da China (RPC), está sendo planejada para ser uma nação rica, poderosa e comprometida com a social-democracia. Quando esse processo estiver terminado, a demanda por fontes energéticas renováveis e não renováveis deverá desacelerar (*ibidem*). De acordo com o planejamento chinês, em 2050, a renda por habitante deve alcançar quatro mil dólares e o país será o centro de um bloco comercial do Leste Asiático, nos moldes da Comunidade Europeia (CE) ou do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Até lá, a China deverá abranger 70% da população mundial, produzir mais de 50% dos bens globais, consumir 40% da produção total e responder por 70% do comércio internacional.

Para entender o processo de reforma que imperou e ainda acontece na China é importante ter ciência de que o que orienta as políticas internas e externas chinesas é o crescimento econômico (MARTI, 2007). E foi com base nesse crescimento que Deng Xiaoping orquestrou o planejamento das reformas e orientou membros do partido a deixar sucessores que dessem continuidade a seu legado. Em 1989<sup>5</sup>, após o massacre da Praça Celestial, em Tiananmen, Deng Xiaoping renunciou a seu cargo oficial, mas continuou a trabalhar nos bastidores da política chinesa. Ele reconhecia que a China estava atrasada tecnologicamente em relação aos outros países e, em comentários sem precedentes, falava abertamente sobre a questão com líderes mundiais e comitivas que visitavam o país. Para Deng, o que estava em jogo era a segurança chinesa em todos seus aspectos e formas e, mesmo ele, o grande líder político e ideológico, não foi fácil operacionalizar mudanças rumo ao desenvolvimento e à renovação que o país exigia. Principalmente depois de uma articulação malsucedida, em novembro de 1989, onde Deng praticamente abriu mão de seu cargo oficial (MARTI, 2007), tanto no governo quanto no partido, articular os militares chineses, os anciãos e os demais membros do PCC com cargos políticos foi uma árdua tarefa. O propósito maior era unir todos os grupos no compromisso de transformar a China em uma nação rica e em um poderoso estado socialista no século XXI (*ibidem*).

---

<sup>5</sup> Deng Xiaoping renunciou após o episódio do massacre da Praça da Paz Celestial, Tiananmen por pressões internacionais (MARTI, 2007).

As reformas delineadas por Deng Xiaoping, em uma China basicamente rural, deveriam ser realizadas fosse a que custo e o líder chinês soube alinhar politicamente de maneira a conservar os que o apoiavam, arregimentar novos aliados e virar o jogo a seu favor contra os que rechaçavam suas ideias de “socialismo com características chinesas” (*ibidem*). Em sua famosa frase, “Não importa se o gato é branco ou preto, contanto que ele pegue o rato”, a ideia era a de que a China se desenvolvesse mesmo que para isso fosse preciso se desvencilhar das ideologias políticas difundidas e defendidas de se isolar do Ocidente. Seja qual fosse o nome dado – desde que não fosse nem capitalismo ou liberalismo –, o “tipo” de socialismo seria aquele que atingisse os objetivos da nova China: desenvolvida, com força para competir por financiamento internacional, com uma classe trabalhadora com acesso aos principais produtos de consumo, um exército forte e acesso à pesquisa e à tecnologia. Ou seja, crescimento em todas as suas dimensões.

O planejamento estratégico teve data para começar, 1978, quando Deng retornou à vida política no 3º Pleno do XI Congresso reassumindo o poder; e data para fazer da China uma Nação rica e poderosa, 2049, centenário da República Popular da China. As reformas de Deng puseram a economia acima da ideologia, substituíram a economia marxista por mecanismos capitalistas de mercado, trocaram ideólogos por tecnocratas e, ao fazê-lo, abriram a China ao mundo (*ibidem*). As mudanças delineadas por ele, pautadas na reforma e na abertura ao exterior, foram basicamente:

- i. mudança na utilização da terra com a possibilidade da comercialização do excedente agrícola;
- ii. forte programa de promoção da exportação e proteção do mercado interno;
- iii. formação de grandes empresas estatais;
- iv. reforma das empresas estatais com redefinição da relação entre planejamento e o mercado;
- v. incitamento das empresas coletivas (empresas de vilas etc);
- vi. mudança gradual de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado (MEDEIROS, 1999).

Com tecnologia norte-americana, a China pôde adotar modelos e tecnologias ocidentais, principalmente nas Zonas Especiais Econômicas – ZEE<sup>6</sup> (criadas na metade da década de 1970) e nas cidades costeiras com autonomia econômica para importação e exportação, cerne das mudanças ocorridas na China e primeiro passo para se testar a eficácia das reformas econômicas. As ZEEs, aprovadas pelo Congresso Nacional do Povo em 1980, possuíam um sistema de gerenciamento econômico particular, dependente inicialmente do capital estrangeiro, caracterizadas por empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) e firmas administradas por empresários estrangeiros como únicos proprietários. Tudo dentro de uma estrutura econômica socialista (MARTI, 2007).

## ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS (ZEE)

O avanço econômico chinês se iniciou com as reformas impetradas por Deng Xiaoping. O salto tecnológico começou a partir das políticas de liberalização econômica de Deng para algumas províncias chinesas, de início, e depois ampliadas para todo o país. O real motivo das ZEE era de que os investidores estrangeiros fossem atraídos para determinadas cidades chinesas, em troca de vendas sem impostos, taxas e tarifas reduzidas, infraestrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia, mas que trouxessem consigo novas tecnologias e métodos modernos de administração (*ibidem*). Economistas da Academia Chinesa de Ciências Sociais (*Chinese Academy of Social Sciences - CASS*) ao analisar as ZEE concluíram que, embora o que estivesse sendo aplicado fosse o capitalismo, a China estava agora sendo beneficiada e não mais usada como acontecera no século XIX. Apesar da necessidade de maior e melhor planejamento, a abertura para o mercado exterior era um caminho sem volta.

---

<sup>6</sup> As primeiras ZEEs, implantadas entre 1980 e 1984, se localizavam nas províncias de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, todas no sul do país.



Figura 1: Zonas Econômicas Especiais (ZEE)

No mesmo período, se deu a normalização das relações com os Estados Unidos que, na tentativa de evitar o desenvolvimento tecnológico da antiga URSS, repassou para a China muitas tecnologias, algumas ultrapassadas para os padrões estadunidenses, mas essenciais para os chineses. A política externa do governo Richard Nixon de aproximação com a China (1972)<sup>7</sup> foi uma tentativa de isolar a então URSS. Foi apenas o início tímido de uma abertura política. O mercado estadunidense estava então receptivo às exportações chinesas e a China aos investimentos dos EUA. Com o fim da URSS, a China mudou da posição de parceiro estratégico para adversário comercial (ACIOLY *et al*, 2011). A rivalidade EUA-URSS foi uma aliada na busca por acesso a pesquisa e tecnologias que a China não dominava e, devido aos 20 anos de rechaço da convivência com os demais países, lhe havia deixado obsoleta tecnológica, administrativamente e em nível educacional. O relacionamento com

<sup>7</sup> Com a vitória comunista de Mao Tse-Tung em 1949, os EUA buscaram limitar o acesso da China ao petróleo mundial e até suspendê-lo por completo após o início da Guerra da Coreia (YERGIN, 2014). Em vista disso, nos Planos Quinquenais de Deng Xiaoping a palavra independência adquiriu prioridade e a China se negou a ser "pobre em petróleo". Nesse aspecto, a União Soviética foi de extrema importância, já que, como grande produtora, enviava especialistas, equipamentos, tecnologia e ajuda financeira à China.

os EUA ainda garantiria o aumento do comércio com o Ocidente, acesso às fontes ocidentais de finanças e créditos, e ficar fora da pressão política exercida pelos americanos. Em outras palavras: era a chance de importar tecnologia estrangeira, adquirir conhecimento e aprender a administrar. Mas isso não significava que a China cortaria laços com a URSS. Ela não queria inimigos perto de suas fronteiras e, apesar da rivalidade por conta da guerra do Vietnã, as relações estavam estáveis.

## CHINA E O NOVO PARADIGMA

Após a Primeira Guerra Mundial, o petróleo tornou-se essencial para a economia moderna, já que significa poder militar e político. Sendo a energia fundamental para o crescimento econômico, a possibilidade de um período de escassez energética gerou e gera insegurança para o projeto chinês. A indústria petrolífera foi essencial para a abertura e o desenvolvimento do país nas últimas três décadas e, como uma grande “fábrica mundial”, a China depende de energia para continuar crescendo. A ruptura entre autossuficiência e necessidade se deu em 1993 quando o país precisou exportar petróleo (*ibidem*).

No final da década de 1990, a China vivia o início de seu apogeu econômico, porém com a uma incerteza do mercado internacional: o país teria estabilidade política e cresceria economicamente? A China havia alcançado, e até ultrapassado, seu planejamento desenvolvimentista e não tinha mais como recuar. Em 1993, a produção nacional de petróleo não acompanhava o ritmo imposto pela economia e a necessidade de exportação passou a ser encarada como uma “vergonha nacional”. Para o PCC era um desastre, mas acadêmicos e especialistas ressaltaram ao governo que era impossível ser autossuficiente em tudo (YERGIN, 2014). Sendo assim, a China sentiu urgência em modernizar sua infraestrutura petrolífera e se planejar para o mix energético.

Investimento em infraestrutura, construção em massa de prédios, usinas, estradas, ferrovias de alta velocidade, ou seja, urbanização e desenvolvimento como até então o mundo não conhecia, geram a expectativa de que, se mantiver esse ritmo, a China ultrapasse os EUA em consumo de petróleo em 2020 (*ibidem*). O grande salto que a China deu nas últimas décadas impactou e continuará influenciando a economia mundial. A produção com inscrição *Made in*

*China* tornou-se onipresente e impactou todo o comércio internacional (*ibidem*). Ao longo dos últimos anos, o grau de inserção chinesa no mundo ultrapassou o esperado e para continuar a produzir, oferta de energia em grande escala é condição indispensável. Um ponto de alta relevância para a participação chinesa no sistema internacional foi sua entrada na OMC, em 2001. Essa integração lhe conferiu nova inserção no comércio internacional e evidenciou que o país queria seguir as regras do jogo, o que garantiria que os artigos chineses não fossem discriminados. Para os demais países foi ainda uma forma de assegurar o controle da “invasão” desses mesmos produtos (THORSTENSEN, 2010 *in* ACIOLY *et al*, 2011). Por volta de 2030 e 2040, com o processo de desenvolvimento alcançado, a demanda por energia deve estabilizar, o que não significa menos consumo, mas necessidade de sustentar a economia em um ritmo que impeça sua desaceleração. Para manter-se, a China precisará de mais fontes energéticas, sejam elas não renováveis ou renováveis. Sustentar o crescimento é uma questão de estabilidade política e social.

Existe o mito de que a China tenta assegurar para si a oferta futura de petróleo mundial, dificultando o acesso a outros países. Isso geraria uma pressão insustentável sobre os fornecedores, o que poderia levar à escassez global (*ibidem*). Outra questão é que a concorrência acirrada se transforme em rivalidade colocando questões como segurança na ordem do dia e afetando a relação entre os estados. Isso porque experiências anteriores com Europa e Japão nas décadas de 1950 e 1960 mostraram que o aumento da demanda por petróleo, em seus anos de milagre econômico, teve um grande impacto mundial (*ibidem*). Todavia esse impacto e o receio de a China ser o grande dragão a se apropriar do petróleo mundial é muito mais uma retórica do que um fato em si (*ibidem*). A produção chinesa no mundo, se comparada à de um grande grupo das gigantes do petróleo, é muito pequena. O investimento que ela faz nos países produtores, sobretudo os da África, é vantajoso também para o restante dos países já que aumenta a oferta, diminui a pressão e com isso contém o aumento do preço do barril assegurando segurança energética (*ibidem*). Com a quinta maior produção mundial – atrás de Canadá, México, Venezuela, Kuwait e Nigéria -, a China prevê sua “segunda era do petróleo” com aplicação de novas tecnologias, novas abordagens quanto à descoberta e ao consumo e mais foco no gás natural incluído-se o gás de xisto (*ibidem*).

## SEGURANÇA

Até o período da Guerra Fria, o conceito de segurança estava ligado a poder como se segurança fosse somente uma derivação do poder emanado pelos estados. Todavia, o pós-Guerra Fria demonstrou que a definição de segurança deveria ser mais abrangente já que incorpora diversas áreas, antes não consideradas, tais como a social e a ambiental<sup>8</sup>. A definição de segurança foi delimitada com a criação da matéria *International Security Studies* (ISS), fundada a partir de 1945, e possuía uma conotação militar (BUZAN E HANSEN, 2009). O período era de grande preocupação com a rivalidade e o poderio das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, o que colocava em foco a capacidade de os dois países construírem seu arsenal de guerra. Contudo, isso não significava que atenção especial não deveria ser dada a outras áreas consideradas de segurança nacional como vigor econômico, estabilidade governamental, suprimentos energéticos, ciência e tecnologia, alimentação, recursos naturais, meio ambiente, questões demográficas e religiosas.

Todavia, tamanha era a preocupação com o embate das potências à época que, apesar de incorporados à noção de segurança militar, as questões supracitadas não eram percebidas como questões de segurança por si só e importantes de serem examinadas. Eram vistas como problemas secundários e mesmo consequência da insegurança militar derivada do embate Leste-Oeste. A falta de atenção ocasionou com que, ao final da Guerra Fria, EUA e URSS se deparassem com países periféricos mergulhados em conflitos sociais, culturais, religiosos e étnicos muito mais relevante do que as potências poderiam esperar<sup>9</sup>. Para alguns estudiosos, abranger outras questões na agenda de segurança fugia do foco original do estudo que tinha como base o conceito defendido pelo Realismo. Entretanto, a partir da década de 1980, pesquisadores viram a necessidade de incluir no debate questões de necessidade humana como a ambiental, a

---

<sup>8</sup> STONE, Marianne. Security According to Buzan: A Comprehensive Security Analysis, 2. 2009. Disponível em: < [http://geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security\\_for\\_Buzan.mp3.pdf](http://geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security_for_Buzan.mp3.pdf)>.

<sup>9</sup> ACHARYA, Amitav. The periphery as the Core: The Third World and security studies. Disponível em: < <http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/1412/YCI0071.pdf?sequence=1>>.



econômica e assuntos como saúde, desenvolvimento e gênero. Atualmente, esses temas dificilmente poderiam ser separados da securitização porque a própria agenda de segurança internacional tem mudado através dos anos (*ibidem*). Portanto, para Buzan<sup>10</sup>,

Segurança é interpretada como a busca por liberdade, a partir de ameaças, e a capacidade dos estados e da sociedade de manter sua identidade e sua integridade contra as forças que eles vêem como hostil. A linha de fundo da segurança é a sobrevivência, mas é também razoável incluir preocupações sobre as condições da existência. Consideravelmente, onde esta gama de preocupações deixa de merecer a urgência do rótulo de "segurança" (o qual identifica ameaças como significativo o suficiente para justificar a ação de emergência e medidas excepcionais incluindo o uso da força) e tornar-se parte do dia a dia das incertezas da vida, é uma das dificuldades do conceito.

Para Stone (2009), Buzan está interessado em todos os ângulos da questão segurança, desde os ligados à sociedade até aos de negociações internacionais. Em sua visão construtivista do termo, segurança não é um conceito dado, mas necessita ser explorado e deve considerar cada elemento integrado ao assunto, do micro ao macro, para se chegar a uma melhor conclusão. Com isso, o conceito passa a ser analisado observando-se os aspectos que contribuem e/ou afetam a segurança que, de acordo com Buzan, seriam os setores político, militar, econômico, social e o ambiental.

## SEGURANÇA ENERGÉTICA

Um dos grandes temas da atualidade é a problemática da Segurança Energética (SE) já que todos os estados são vulneráveis ao fornecimento de energia (GARRISON, 2008). O aumento da

---

<sup>10</sup> Barry Buzan. *New Patterns of Global Security in the Twenty-first Century. International Affairs*, 67.3 (1991), pp 432-433.

insegurança somado ao constante crescimento da demanda pode levar a um perigoso dilema de segurança. Para a vida moderna, os riscos e a ruptura da SE, apesar de muitas vezes parecer ter um caráter abstrato, tem relação total com o impacto do relacionamento entre os países. Ultrapassando as fronteiras nacionais, o comércio de energia está ligado ao combate da variedade de ameaças, relação com os países e o impacto dentro dos estados (YERGIN, 2014).

Segurança Energética (SE) possui um conceito multidimensional que vai além de sustentabilidade, competitividade e garantia de suprimentos. Envolve setores da economia, da política (BAUMANN, 2008) e uma sinergia de ações essenciais de planejamento a médio e longo prazo com medidas e desenvolvimento de estratégias a serem efetuadas em curto prazo. É uma parte importante da segurança dos estados, pois significa que estes pensam ter como garantir sua demanda ou confiam ter acesso à fontes de energia. Segurança energética e independência energética são questões políticas e econômicas fundamentais porque os estados precisam contar com o acesso seguro à energia em uma base diária. Contudo, a grande questão é que não há garantia quando se envolve relacionamento com outros estados.

Thomas Hobbes, Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz e Robert Gilpin já salientavam a importância dos recursos energéticos para a manutenção e capacitação dos estados (FUSER, 2008). Hobbes, no Livro XIII do *Leviatã* alerta para a preocupação do homem com os conflitos ligados à posse, controle e acesso aos recursos energéticos naturais. Morgenthau considera as matérias-primas, os fatores geográficos e a autonomia na obtenção de alimentos, componentes estáveis do poder das Nações. Já Aron coloca entre os elementos fundamentais à definição de potência os recursos naturais disponíveis. Waltz e Gilpin alertam para a importância do petróleo como fonte estratégica e foco de guerras devido a sua relevância. Pela própria natureza desses recursos, os países estão mais vulneráveis a essas importações do que outros tipos de mercadoria (*ibidem*).

No entanto, é importante diferenciar segurança de independência energética. A primeira inclui acesso confiável à energia, mas não a ideia de independência do mercado global. O acesso garantido tanto pode ser por um comprometimento acertado entre dois países, principalmente se o que demanda exerce influência política,

econômica e/ou de segurança sobre o que produz. A independência acontece quando o país que demanda é também produtor, e possui infraestrutura para sua extração, ou tem diferentes fontes energéticas. Garantir SE envolve tanto o setor público quanto o privado, porém, é de responsabilidade governamental elaborar o planejamento e definir as estratégias necessárias que garantam a menor dependência energética a médio e a longo prazo. Assegurar SE é pré-condição para o crescimento da economia (BAUMANN, 2008) e garantia, ou mesmo preservação, dos estados como os conhecemos hoje. Bem-estar econômico, segurança dos indivíduos e estabilidade são valores fundamentais de toda sociedade. Sendo assim, SE envolve “uma gama substancial de preocupações sobre as condições de existência” (*ibidem*).

De acordo Baumann (2008), a definição de SE passa por dimensões de política interna e externa, econômica, geopolítica e de segurança. Política e econômica porque envolve gestão e investimento; geopolítica e de segurança por estarem intimamente ligadas ao relacionamento entre os estados, pela necessidade de garantir a salva guarda dos suprimentos assim como seu transporte. O tema SE e seus cenários político, econômico e geopolítico se afetam e se complementam não somente pela complicada definição sobre qual área principal o tema está submetido, mas também porque ele extrapola todas essas vertentes tornando-se uma questão de sobrevivência do estado. Segundo Buzan, política energética deve ser securitizada caso se queira manter as conquistas individuais e de estado como o desenvolvimento econômico, a estabilidade política e a segurança da sociedade (*ibidem*).

A conceituação de SE pode ser ampla principalmente considerando-se as diversas áreas de estudo existentes nas Relações Internacionais e na Ciência Política. Desde que o tema começou a ganhar atenção, sua definição tem se mostrado complexa. Para Daniel Yergin<sup>11</sup>, segurança energética é “a capacidade de se conseguir suprimento suficiente por um preço justo”. Para Karaca (2012), SE significa “A aquisição de energia sem nenhum problema e irrestrito acesso a fontes energéticas”. Todavia, além de vago e limitado,

---

<sup>11</sup> Daniel Yergin, “Ensuring Energy Security,” *Foreign Affairs* 85, no. 2 (2006) In Wolf, 2009.

essas delimitações parecem simplificar as relações entre importadores e exportadores. Elas não atendem à dinâmica das relações internacionais, principalmente no que tange à geopolítica, e não levam em conta os embates, conflitos e fricções entre estados<sup>12</sup>. Outro ponto é que a partir dessas definições, presume-se que quem compra exerce maior influência sobre quem vende e que o mercado é quase sempre estável, não sofrendo especulações<sup>13</sup>. As definições também não examinam a formação de cartel e variáveis como crises internacionais e problemas ambientais. A diversificação de exportadores, apesar de mais segura, não garante uma suplementação suficiente porque ainda assim o mercado é instável. Focando no preço e na garantia da suplementação, foca-se no exterior, no outro, e não no que o próprio estado pode e deve fazer para garantir sua reserva e, com isso, garantir sua independência, ainda que limitada, frente ao mercado. Não tem-se em conta a autossuficiência, a diversificação e/ou o mix energético.

A definição também não considera o aspecto político da SE onde os estados percebem sua dependência como uma ameaça (PALONKORPI, 2006). Essa percepção se torna mais clara ao se constatar controvérsias e conflitos entre os países, a citar, como exemplo, o caso da Rússia e da Ucrânia (2014), onde a Rússia cortou o fornecimento de gás para a Ucrânia. A concentração de suprimento de petróleo e gás sob tutela de poucos estados reforça a dependência e sujeita os compradores à adversidades políticas e econômicas. Para Palonkorpi (*ibidem*), a dificuldade em se aplicar e definir SE está também na ampla interconexão entre estados e companhias energéticas com interesse nesse campo. São muitos atores permeando a área o que faz questionar sobre o que está sendo realmente ameaçado e quais são os atores relevantes para a securitização. A Agência Internacional de Energia (AIE) define segurança energética como "A disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível"<sup>14</sup>. E analisa que:

---

<sup>12</sup> (*ibidem*).

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> Agência Internacional de Energia (AIE). Disponível em: <http://www.iea.org/topics/energysecurity/>. Acesso em: 18 de ago. de 2015.

A segurança energética tem muitos aspectos: a longo prazo lida principalmente com investimentos em tempo hábil para fornecer energia em consonância com a evolução econômica e as necessidades ambientais. Por outro lado, a segurança energética de curto prazo centra-se na capacidade do sistema de energia para reagir prontamente a mudanças súbitas no balanço de oferta e demanda.

E Paul Roberts<sup>15</sup> argumenta:

A falta de segurança energética significa que o impulso da industrialização e da modernidade sofrerá uma parada e a própria sobrevivência tornar-se-á muito menos segura.

Como já ressaltado, a SE é uma questão política, econômica e da própria segurança dos estados. Tem um grande peso sobre o processo de desenvolvimento, continuação do crescimento econômico e relação entre os países. É ainda motivo de preocupação para a sobrevivência da sociedade que depende da energia para tudo no seu dia a dia. Portanto, sendo difícil confinar SE em um único setor, devido a seu efeito de transbordamento para outras áreas, vê-se SE, como uma questão intersectorial e intrassetorial (PALONKORPI, 2006). Apesar de à primeira vista a questão energética ser observada como um problema de demanda, o setor é interdependente, pois coloca em xeque também quem produz. Nessa perspectiva, países que não produzem ou produzem pequena quantidade de petróleo, gás natural e carvão devem buscar alcançar um patamar previamente calculado e em contínuo crescimento de produção de energias renováveis o que permitirá, inclusive, a abertura de um novo mercado. Diversificação é a palavra-chave de SE onde as fontes de energias renováveis tenderão a converter essa questão em uma nova era de produção e consumo de energia (DALGAARD e GLOCK, 2009).

---

<sup>15</sup> In PALONKORPI, Mikko. Energy Security and the Regional Security Complex Theory. Aleksanteri Institute, University of Helsinki.

Analisando-se a literatura existente sobre a área, percebe-se a dificuldade de uma definição para o conceito de SE que atenda à criação de políticas definidas pelo estado em prol de acolher demandas presentes e, principalmente, de longo prazo. Como os estados só podem garantir aquilo que detêm, SE só pode ser possível, e confiável de se obter, a partir do momento em que o estado é o provedor de suas necessidades; produz grande parte da energia que consome. Para fim deste artigo, entende-se Segurança Energética (SE) como:

A capacidade dos estados de assumirem suas demandas energéticas a partir de uma suplementação própria, mesmo que parcialmente dependente da importação. <sup>16</sup>

Fora isso, os estados estão sujeitos às inconstâncias do mercado, redução da produção, especulação e retaliações dos países produtores. Fatos estes já observados nos anos de 1973 e 1979 que geraram impacto na década de 1980 e 1990.

## INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA

A partir da Segunda Guerra Mundial o mundo se deparou com a necessidade de buscar novas fontes de petróleo (WOLFE, 2009). Com o fim da Guerra Fria e os conflitos que começaram a emergir em países antes sob domínio dos Estados Unidos e da União Soviética, percebeu-se que a questão de fontes energéticas deveria ser diversificada ou os países correriam o risco de ter seu crescimento reduzido substancialmente (*ibidem*).

O termo “*energy independence*” foi cunhado pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon (1969-1974) em 1973 que novamente deu ênfase à questão em seu Discurso do Estado da União no ano seguinte. Para o então presidente, independência energética significava “a habilidade do país de possuir sua própria energia sem depender de fontes estrangeiras” (DALGAARD E GLOCK, 2009). Nixon já argumentava a necessidade da criação de fontes alternativas para o petróleo, o gás natural e o carvão mediante à capacidade do próprio país de sanar sua demanda. Para Yergin (2014), a SE depende do relacionamento entre os países e, portanto, está sujeito a ser

---

<sup>16</sup> Definição da pesquisadora.

uma relação de contínua insegurança. Como a principal função do estado é garantir a sua sobrevivência, um país não pode jamais estar sujeito a outro. A preocupação com o suprimento da demanda energética tem de ser uma inquietação para todos. As já citadas duas crises do Petróleo (1973 e 1979) demonstram bem quão insegura pode ser essa relação. Yergin (2014) avalia que:

Seja o que for que seja dito sobre independência energética, a verdade é que há um único mercado petrolífero mundial (...). Além disso, o mercado de energia, como o de comércio e finanças, é cada vez mais internacionalmente interligado. Segurança energética não reside em um domínio de si mesmo, mas é parte de um padrão de relações entre as nações. Como estão essas relações irá determinar quão seguro nós estamos quando se trata de energia.

Ainda em 1913, quando a Grã-Bretanha estava se preparando para a Primeira Guerra Mundial, Winston Churchill, à época Primeiro Lorde do Almirantado, fez história ao decidir substituir parte do carvão em suas embarcações por petróleo (DALGAARD E GLOCK, 2009). Não somente as embarcações ficaram mais rápidas como ainda foram necessários menos homens para colocar carvão dentro dos fornos o que permitiu que estes fossem para o convés lutar. A decisão de Churchill foi ao mesmo tempo geopolítica e estratégica: a Grã-Bretanha não ficaria dependente do carvão do País de Gales, nem do fornecimento de petróleo da insegura Pérsia (atual Irã). Apesar do risco associado a essa decisão, Churchill declarou que "Segurança e certeza estão na variedade, e somente na variedade" (*ibidem*). Mais um exemplo de que o princípio fundamental da SE deve ser a diversificação de suprimentos<sup>17</sup>. Contudo, o termo independência energética pode ser mal interpretada e visto como autossuficiência. Na verdade, tem muito mais a ver com não vulnerabilidade.

<sup>17</sup> Exemplos bem-sucedidos desta diversificação aconteceram tanto na França quanto no Brasil. Entre 1973 e 1975, sob o mandato dos presidentes Pompidou e Giscard D'Estaing, 13 usinas nucleares foram construídas com capacidade de gerar 1.000 Megawatt. No Brasil, em 1975, quando foi criada a política para a fabricação de motores de automóveis movidos a etanol em vez de gasolina. Hoje os modelos *flex* são comuns no país, sem contar a possibilidade da instalação de cilindros de gás.

## CHINA E (IN)SEGURANÇA ENERGÉTICA

A crise de energia pela qual passou a China em 2003-2004 confrontou o país a sua instabilidade e ao risco de uma descontínua capacidade de crescimento. O corte na energia por todo o país – 24 das 31 províncias – levou a um aumento de 15% na demanda por petróleo, o que correspondeu a 850 mil barris por dia (bpd). A situação já estava tensa desde 2002 tornando a energia uma questão crucial. Contudo, tratava-se mais de uma dificuldade em manter os níveis do carvão e da eletricidade e não do petróleo. Dependendo mais de 70% do carvão, sua oferta limitada tornou-se um transtorno e a demanda passou a ser bem maior do que as usinas de geração de energia elétrica e a rede de transmissão podiam produzir. A crise que tomou conta do país atingiu desde a indústria, que teve de trabalhar por meio período, até sinais de trânsito e residências (*ibidem*). Em pouco tempo o petróleo se viu na posição de substituir o carvão como grande fornecedor de energia o que fez aumentar a demanda chinesa em 16% em 2004, acima dos rotineiros 7% ou 8%.

Como até 2030 a perspectiva é de que a China aumente seu consumo de energia em 3% a cada ano, a demanda por petróleo deve dobrar para 13.1 milhões bpd (*ibidem*). A China cresce a uma média de 7% ao ano desde 2015 o que a condiciona a repensar e ajustar seu desenvolvimento ao consumo de energia ou à capacidade de criar políticas que permitam contar com uma, ainda que parcial, autossuficiência. Conflitos e crises nos países exportadores de petróleo colocam em dúvida a segurança e sua contínua oferta. E a China sabe disso. Com o princípio de política externa de não interferência em assuntos internos, a China somente se envolve ou apoia sanções de organismos internacionais, como OMC e ONU, quando as crises passam a afetar seus interesses tornando inseguro seus investimentos. Caso de Darfur, por exemplo. Todavia, a instabilidade dos países exportadores, o terrorismo jihadista, o forte sentimento de nacionalismo sobre os recursos naturais, o medo da competição por suprimentos, o custo da energia e as rivalidades geopolíticas passaram a ter uma dimensão maior. Atrelando-se ainda a preocupação com o gás natural, devido ao desenvolvimento de gasodutos de longa distância e ao aumento do gás natural liquefeito (GNL), a crise ganhou contornos globais (YERGIN, 2014).



A problemática da segurança, ou da insegurança, foi percebida quando a China passou a depender da importação de hidrocarbonetos (YERGIN, 2014). Autonomia tem um peso muito grande para o país que buscou ser autossuficiente não somente porque essa era uma delimitação de política de estado, mas também porque encontrava barreiras quanto à importação de petróleo e gás. Com uma economia dependente de energia, os grandes desafios da China no século XXI são manter sua produção de energia e ao mesmo tempo proteger o meio ambiente dos danos causados pelo alto uso do carvão. Por vários anos o país produziu o equivalente a toda uma França ou Grã-Bretanha (*ibidem*). É verdade que o ritmo diminuiu, mas em comparação com outros países ainda é uma potência de mais de 1,3 bilhão de pessoas que necessita de energia diariamente. Levando-se em consideração que há pouco mais de 10 anos a capacidade de geração de energia chinesa não era mais do que um terço da dos Estados Unidos e hoje os ultrapassa, verifica-se que a produção chinesa dobrou entre 2005 e 2010. É como se o país tivesse construído em meia década um novo sistema elétrico do mesmo tamanho que possuía em 2005 (*ibidem*).

O consumo de carvão na China é atualmente de 66%, inferior aos 77% de 2005, mas ainda é o grosso do consumo de energia do país (*ibidem*). O grande uso do carvão fez a China melhorar a tecnologia envolvida nas usinas. Elas hoje são eficientes, trabalhando em níveis elevados de temperatura e pressão com modelos *supercritical* e *ultra supercritical* com mais controle da poluição (*ibidem*). As antigas usinas, menos produtivas e mais poluentes, detentoras de antigas tecnologias ou tecnologias ultrapassadas, estão saindo de funcionamento. Apesar da grande discussão ambiental, o carvão ainda será muito utilizado pela China nos próximos anos e como segunda maior importador mundial, seu consumo demonstra a grande demanda.

A China também tem investido em pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias que garantam mais suprimento energético provindos de recursos renováveis. A hidrelétrica de Três Gargantas é um exemplo de sua busca pela questão energética renovável. Ela começou a gerar eletricidade em 2003 com uma capacidade instalada de geração de energia equivalente a 20 usinas nucleares. A China também tem um enorme potencial eólico no

Noroeste do país (*ibidem*). É uma energia limpa, uma fonte doméstica acessível e que tem grandes chances de atender as suas necessidades futuras. O problema é que ela não é acessível em uma vasta extensão territorial sendo necessário o aprimoramento de sua transmissão a longa distância. No 12º Plano Quinquenal, adotado em 2011, a China enfatizou ao que chamou de políticas emergentes de energia para incentivar fontes alternativas ao carvão e ao petróleo, o que significa dar mais atenção às hidrelétricas, à energia eólica e nuclear, ao gás natural, aos carros elétricos e a melhorar sua eficiência energética (*ibidem*).

## CONCLUSÕES

A situação política e econômica em que a China se encontra hoje é consequência direta do desenvolvimento econômico e das mudanças políticas impulsionadas por Deng Xiaoping mais a resistência e paciência do povo chinês (KISSINGER, 2011). As reformas impetradas por Deng a partir de 1978, por meio da inclusão ao mercado de bens e de capitais e, internamente, com uma nova estratégia de desenvolvimento, foram o pontos-chaves desta transformação (ACIOLY *et al*, 2011). Em 30 anos, a China alcançou importância econômica, comercial e geopolítica com uma força e potencial sem precedentes na economia moderna.

A enorme expansão econômica também alterou a relação da China no que diz respeito ao petróleo. De autossuficiente o país passou a importador, ficando em segundo lugar, atrás apenas dos Estados Unidos, em duas décadas de crescimento de uma economia que, até 2009, se expandia a 9%, 10% e até 11% ao ano. Com uma população de mais de 1,3 bilhão de habitantes, de 2000 a 2010, o consumo de petróleo mais que dobrou (YERGIN, 2014), mas o carvão continua responsável por 66% de toda matriz energética consumida no país. O PIB cresceu a uma taxa anual média de 7,8% nos últimos cinco anos. O país é hoje a segunda maior economia do mundo, o maior parceiro comercial em termos de volume de mercadorias e o maior investidor no exterior.

A criação de planos quinquenais, uma herança soviética, ainda persiste e é anunciado desde que o Partido Comunista Chinês (PCC) chegou ao poder. Na era de Mao Tse-Tung, estes planos eram implementados para que o PCC definisse quotas que as unidades produtivas, por exemplo, de cereais ou aço, tinham de cumprir.

O problema era que, muitas vezes, este comando centralizado resultava na má alocação de recursos, com efeitos desastrosos e que levaram ao empobrecimento da maior parte do país. Nos anos de 1980, o governo foi deixando de controlar tão ferreamente toda a atividade e os planos quinquenais tornaram-se menos rígidos. Em vez de serem planos exaustivos e inflexíveis, passaram a ser um "documento" sobre como as autoridades querem direcionar o país. Portanto, os planos quinquenais já não têm apenas foco na economia, são documentos de atividades e intenções, destacando as prioridades a médio e longo prazo.

O 13º Plano Quinquenal (2016-2020) é provavelmente o plano mais importante em 66 anos porque pretende transformar finalmente a China de um estado baseado na força do campo para uma economia moderna<sup>18</sup>. Nas palavras do atual presidente chinês, Xi Jinping<sup>19</sup>, a segurança energética é uma questão abrangente e para superá-la é necessário realizar uma "revolução" na maneira como o país projeta seu desenvolvimento e lida com os recursos energéticos. O presidente reforça que apesar dos êxitos no desenvolvimento energético, a China enfrenta desafios como a pressão por demanda de energia, a limitação na oferta, graves prejuízos ambientais causados pela produção, consumo de energia e nível tecnológico atrasado.

Xi Jinping esclarece que medidas estratégicas devem ser tomadas para garantir o desenvolvimento e a segurança nacional baseada no desenvolvimento energético e cita a necessidade de uma significativa mudança no consumo irracional de energia, estabelecimento de um sistema de oferta diversificada e atenção a novas tecnologias com atualização industrial. Outros focos são acelerar o desenvolvimento energético, reforçar a cooperação internacional e garantir a segurança energética diante do processo de abertura ao exterior. O presidente chinês reconhece e apresenta claramente a segurança energética como um desafio a ser superado e cita 2030 como o ano para que se alcance esses desafios. A SE é mais do que buscar novos mercados exportadores, mas lidar eficientemente com o que se detém no momento. Tecnologia ultrapassada, desperdício e falta de regulamentação, são exemplos de ineficácia no controle e na manutenção do bem energético.

---

<sup>18</sup>Fonte: [http://www.imf.pt/dados/informacao/Outlooks/Outlooks\\_IMF\\_2016/Analise%20IMF%20-%20Janeiro%202016.pdf](http://www.imf.pt/dados/informacao/Outlooks/Outlooks_IMF_2016/Analise%20IMF%20-%20Janeiro%202016.pdf)

<sup>19</sup> Xi Jinping preside reunião do Grupo Central de Liderança para Economia e Finanças. Parte do discurso Xi Jinping na 6ª reunião do Grupo Dirigente Central das Finanças e Economia, em 11/02/2015). Disponível em: < <http://pt.china-embassy.org/pot/xwtd/t1236612.htm> > . Acesso em: 9 de Out. de 2017.

## BIBLIOGRAFIA

Agência Internacional de Energia (AIE). Disponível em: <http://www.iea.org/topics/energysecurity/>. Acesso em: 18 de ago. de 2015.

Agência Xinhua. Cumpridas todas as principais metas do 12º Plano Quinquenal, diz premiê chinês. Acesso em: 05 de set. de 2017. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2016/0305/c309806-9025676.html>.

Revista Exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/primeiro-ministro-chines-quer-acelerar-reforma-economica>>. Acesso em: 19 de Fev. de 2014.

MARTI, Michael E. A China de Deng Xiaoping. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 341 pgs. 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia política do desenvolvimento recente da China. Revista de Economia Política, v. 19, n. 3, 1999

Revista Veja. China revisa crescimento do PIB de 8,7 para 9,1% em 2009. Contribuições dos setores secundário e terciário provocaram revisão. Acesso em: 18 de jan. de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/china-revisa-crescimento-do-pib-de-87-para-91-em-2009/>

STONE, Marianne. Security According to Buzan: A Comprehensive Security Analysis, 2. 2009. Acesso em: 18 de jan. de 2017. Disponível em: <[http://geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security\\_for\\_Buzan.mp3.pdf](http://geest.msh-paris.fr/IMG/pdf/Security_for_Buzan.mp3.pdf)>.

ACHARYA, Amitav. The periphery as the Core: The Third World and security studies. Disponível em: <<http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/1412/YCI0071.pdf?sequence=1>>.

Barry Buzan. New Patterns of Global Security in the Twenty-first Century. *International Affairs*, 67.3 (1991), pp 432-433.

Daniel Yergin, "Ensuring Energy Security," *Foreign Affairs* 85, no. 2 (2006) In Wolf, 2009.

PALONKORPI, Mikko. Energy Security and the Regional Security Complex Theory. Aleksanteri Institute. University of Helsinki. 2006. Disponível em: <<http://busieco.samnet.sdu.dk/politics/nisa/papers/palonkorpi.pdf>>.

Informação de Mercados Financeiros, SACHina. 13º Plano Quinquenal. 2016-2020. Acesso em: 05 de set. de 2017. Disponível em: [http://www.imf.pt/dados/informacao/Outlooks/Outlooks\\_IMF\\_2016/Analise%20IMF%20-%20Janeiro%202016.pdf](http://www.imf.pt/dados/informacao/Outlooks/Outlooks_IMF_2016/Analise%20IMF%20-%20Janeiro%202016.pdf)